

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REQUERIMENTO Nº _____ DE _____ DE AGOSTO DE 2008

(Do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita seja convidado o Sr. Sérgio Gaudenzi, Presidente da INFRAERO.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. Sérgio Gaudenzi, Presidente da INFRAERO a fim de prestar esclarecimentos sobre as notícias veiculadas no Jornal o Estado de São Paulo, edição de 11 de agosto de 2008, sobre a paralização de obras em 9 aeroportos brasileiros, nos quais o Tribunal de Contas da União constatou indícios de superfaturamento que atingiriam a soma de R\$ 3 bilhões.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo a Associação Internacional do Transporte Aéreo – IATA, em junho passado, na comparação com o mesmo mês de 2007, a América Latina registrou um crescimento de 12,5% no tráfego de passageiros, configurando a maior taxa de crescimento do mundo, a reboque, segundo a IATA, do crescimento econômico latino-americano.

Concomitantemente a esse crescimento o Tribunal de Contas da União, realizou auditorias na gestão das obras de ampliação e reestruturação nos aeroportos de CUNBICA- Guarulhos, CONGONHAS-São Paulo, SANTOS DUMONT-Rio de Janeiro, JK- Brasília, MACAPÁ-Macapá, VITÓRIA-Vitória, SALGADO FILHO-Porto Alegre e SANTA GENOVEVA-Goiânia.

O Plenário do TCU está em fase de análise dos relatórios sobre os custos, licitações e estágios administrativos das obras naqueles nove dos

principais aeroportos do País, sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO. As auditorias técnicas apontam para um superfaturamento de pelo menos R\$ 3 bilhões e as análises caminham para um impasse o que vai, provavelmente, paralisar as obras.

O maior problema – que coloca o País à beira de um novo caos aéreo – é que a INFRAERO e o TCU travam nos bastidores uma queda-de-braço e não se entendem sobre os parâmetros para definir os custos da reformas. As dificuldades se somam nos dez processos em análise naquela Corte de Contas (Guarulhos tem dois relatórios).

“O temor é de que cheguemos à paralisia completa em obras essenciais, como as do Aeroporto de Cumbica” disse o presidente da INFRAERO, Senhor Sérgio Gaudenzi, em entrevista ao Jornal o Estado de São Paulo, edição de 11/08/2008. “ Se não funcionar o roteamento de vôos em São Paulo, coração dos negócios e da malha da aviação brasileira, apesar de investirmos também no fortalecimento de pólos como o Galeão, no Rio, pode complicar” complementou aquele dirigente.

Os trabalhos parados nas pistas e nos pátios do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos, são hoje a maior dor de cabeça da estatal e do Ministério da Defesa. Os trabalhos em Cumbica foram planejados para que o aeroporto continue recebendo cerca de 550 vôos diários e aumente as operações de pouso e decolagem conforme as obras sejam concluídas, absorvendo assim a demanda crescente.

O problema é que as obras, iniciadas em janeiro de 2005 e com previsão de término para junho de 2008, estão pela metade e paradas desde março passado.

A Atual direção da empresa queixa-se da forma como são feitas pelo TCU as avaliações de custos. “O Tribunal compara obras especializadas de engenharia, como a construção de pátios de estacionamento e pistas para aviões de grande porte, com os valores da construção de prédios residenciais e rodovias”. A Estatal ressalta que são ignoradas “características e especificações que devem ter obras aeroportuárias”.

Por outro lado o Ministro Raimundo Carrero, relator de seis dos dez processos de obras aeroportuárias diz que “ não haverá acordo” e que “todo o trabalho de avaliação deve ter por base os dois métodos usados para definir custos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.” Ainda de acordo com o ministro o Sistema de Custos Rodoviários (Sicro) e o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi). “Não decorre simplesmente de uma imposição do TCU, está na LDO”, afirmou o ministro Carrero aos reportes do jornal. “São os sistemas obrigatórios nas contratações públicas”.

O Ministro quer que as empreiteiras dos consócios vencedores das licitações apresentem argumentos sólidos para os preços cobrados. Ele informou que já pediu ao governo, por intermédio da Casa Civil, para que acione a Caixa Econômica Federal para “estudar um novo mecanismo de medição específica para as obras nos aeroportos”. O pedido foi encaminhado em março de 2008, mas quase 6 meses depois, nada foi apresentado pelo executivo.

Um novo caos aéreo se avizinha ameaçando os negócios da aviação, a vida dos passageiros e até a viabilidade da copa do mundo de futebol de 2014.

Considerando a gravidade da situação, é de grande importância para esta Comissão conhecer todos os detalhes das providências que a INFRAERO tomará para dar solução ao impasse, razão pela qual se requer seja convidado o Sr. Sérgio Gaudenzi, Presidente da INFRAERO.

Sala da Comissão, _____ de _____ de 2008